

Orçamento de Estado é necessário e possível ir mais longe.

O Orçamento do Estado para 2018 consolida um conjunto de avanços alcançados nos últimos dois anos que são inseparáveis da contribuição decisiva do PCP e da luta dos trabalhadores e do povo e que dão novos passos no sentido da defesa, reposição e conquista de direitos.

Avanços que só não vão mais longe pois o Orçamento de Estado é fortemente condicionado pelas opções que o actual governo PS teima em prosseguir de cedência ao grande capital e de submissão à União Europeia e ao Euro.

O PCP valoriza os passos dados, mas reafirma que dimensão dos problemas do país exige que se vá mais longe. Das proposta dos PCP aprovadas no OE 2018, destacamos: Criação de 2 novos escalões de IRS com o alívio fiscal para 2 milhões e 800 mil pessoas, com redução efectiva de imposto; Eliminação da sobretaxa de IRS; Eliminação das cativações em investimentos na educação, saúde e transportes; Eliminação do corte de 10% no subsídio de desemprego; Alargamento da gratuitidade dos manuais escolares para o 2º ciclo do ensino básico.

[Www.pcp.pt/oe2018](http://www.pcp.pt/oe2018)



A luta é o caminho! Os trabalhadores da PT/Altice podem contar com o PCP!

Transmissão de estabelecimento – alterações ao Código do Trabalho serão votadas nos próximos dias.

Nos próximos dias será votado um texto que conjuga projectos de lei diferentes (nomeadamente um projecto de lei do PCP) e que visa a alteração do Código do Trabalho, alterando o regime jurídico aplicável à transmissão de estabelecimento e reforçando os direitos dos trabalhadores.

O texto confere o direito de oposição por parte dos trabalhadores e refere que “os trabalhadores transmitidos mantêm todos os direitos contratuais e adquiridos, nomeadamente retribuição, antiguidade, categoria profissional e conteúdo funcional e benefícios sociais adquiridos.”

Com a proposta agora concertada entre PCP, PS e BE fica clarificado o acesso dos trabalhadores ao direito de oposição. No texto consta, ainda, a obrigação por parte das empresas em avisar as organizações representativas dos trabalhadores, para além de outras questões.

Esta é, sem dúvida, uma pedra na engrenagem das ambições da Altice, uma vitória dos trabalhadores que com a sua luta, a acção das suas organizações representativas e a solidariedade e trabalho do PCP na Assembleia da República, ultrapassaram as resistências do próprio PS (que ainda há um ano recusava qualquer alteração ao Código de Trabalho) e viram reforçados os seus direitos!

Os Trabalhadores da PT exigem melhores salários e emprego com direitos

Aproxima-se o momento de se cumprir o ritual da «Avaliação de Desempenho», figura criada pelos patrões para, supostamente «premiar» os «bons» trabalhadores e evitar aumentos salariais dignos desse nome. Destas avaliações nunca resultaram salários justos e dignos, e em muitas ocasiões nem resultou num acréscimo de remuneração para o avaliado. Quem ainda alimenta ilusões sobre este processo pode desiludir-se, não será desta que verá o seu trabalho a ser pago de uma forma justa.

Os trabalhadores da empresa, têm presente que a justiça salarial nunca se fará individualmente, a justiça é um ato coletivo, que não pode ser substituído por ações individuais.

Nos últimos meses já se ouve de uma forma generalizada, a aspiração a melhores salários, a salários mais justos. O poder de compra dos nossos salários tem vindo a deteriorar-se todos os meses e as atualizações (porque não se podem ter na conta de aumentos, de tão parcos que foram) já não satisfazem as necessidades dos trabalhadores desta empresa.

Este ano é decisivo para a existência de aumento na matéria salarial.

Depois da greve de 2017, ponto alto da luta contra a transmissão de trabalhadores para outras empresas luta que continua e que irá continuar é necessário que os trabalhadores mostrem de novo o seu poder reivindicativo de modo a que se possam obter conquistas salariais, e recuperar direitos que ao longo dos anos nos vão sonogando e retirando. Os trabalhadores devem juntar-se às suas organizações representativas (sindicatos e comissão de trabalhadores) nesse movimento de exigência de salários justos e participar nesse processo. É de extrema importância que os trabalhadores se sindicalizem, que estejam filiados nas suas organizações de classe, onde unidos poderão alcançar este e outros objetivos.

O Partido Comunista Português, estará sempre na primeira linha dos combates que se avizinham, tanto na luta por salários dignos, ou quando os direitos dos trabalhadores estiverem em causa. Força organizada e coerente, nascido entre os trabalhadores e para os trabalhadores, estará sempre disponível para ajudar a resolver os problemas dos trabalhadores da PT, e todos os outros.



Salário mínimo nacional é urgente passar a “barreira” dos 600€

É urgente e necessário aumentar o Salário Mínimo Nacional (SMN). Depois de anos de congelamento e desvalorização, o aumento do SMN para 557€ em 2017 e para 580€ euros em 2018, sendo um progresso indissociável da luta dos trabalhadores e da intervenção do PCP, é insuficiente. Com o BE ao seu lado neste valor, o PS ficou-se pelos 580€ não garantem a reposição do poder de compra perdido pelos trabalhadores. Para o PCP, este valor é **claramente insuficiente, não havendo nenhuma razão para não ter sido aumentado para 600€.**

Em 1975, fruto da Revolução de Abril os salários representavam cerca de 60% do rendimento nacional. Hoje representam apenas 35%.

O que levou a esta brutal alteração na distribuição da riqueza ao ponto de hoje, 1% da população deter cerca de 25% da riqueza nacional?

Como chegamos a ponto de 5% da população acumular praticamente 50% da riqueza nacional?

Esta dramática situação é o resultado de dezenas de anos da política de direita ao serviço do grande capital, com desastrosas consequências sociais e económicas para o País, para os trabalhadores e o povo.

Portugal tem um dos mais baixos salários mínimos da Europa e, em geral, tem baixos salários, ao contrário do custo de vida, que é elevado. Isto tem empurrado para o limiar da pobreza milhares de pessoas que trabalham todos os dias, mas não conseguem sair dessa situação. Perto de 700 mil trabalhadores ganham o Salário Mínimo Nacional que é o mesmo que dizer que levam para as suas casas, ao fim de um mês de trabalho, pouco mais de 500 € líquidos.

NOS / Sinalcabo: PCP questiona governo sobre os direitos e as condições de trabalho dos trabalhadores que prestam serviço à NOS.

(...) A NOS, empresa do sector, com mais de 6 mil trabalhadores só em Lisboa (mas que contam com apenas 2515 no plano nacional com contratos com uma empresa do Grupo), continua a utilizar as mais diversas formas para o aumento do seu lucro, sempre pela via da deterioração das condições de trabalho e da exploração dos trabalhadores.

Como se sabe, a NOS (bem como outras empresas do ramo), utilizam outras empresas para realizarem a instalação dos seus serviços. O PCP tomou conhecimento das condições em que os trabalhadores destas empresas, realizaram o seu trabalho, nomeadamente da Sinal Cabo.

A NOS subcontrata a Sinal Cabo para fazer este serviço. A Sinal Cabo, por sua vez, contrata um a um, através do pagamento de recibos verdes, cada um dos trabalhadores como se cada um fosse uma empresa. A NOS paga “X” à Sinal Cabo por cada instalação, que paga “Y” ao trabalhador, pela instalação executada. Sendo assim, estes trabalhadores não têm quaisquer direitos assegurados, nem férias, nem protecção social, nada. São obrigados a comprar os materiais que usam para trabalhar, a própria “farda”, o tablet (no valor de 450€ é obrigatório ser adquirido à NOS), pagam as deslocações, entre outros.

(...)

Para consultares a pergunta na íntegra:
www.dorl.pcp.pt/images/Requerimento6250.pdf



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Boletim da Célula das Telecomunicações do PCP

PERGUNTAS E RESPOSTAS

ALTERAÇÕES À LEI DE FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS

SOBRE A CAMPANHA DE MENTIRA E MANIPULAÇÃO

Muitas são as mentiras e mitos que têm sido propagadas relativamente ao financiamento dos partidos políticos, às alterações à lei que regula este financiamento e, principalmente, sobre o PCP.

Consulta o dossier que preparámos “8 perguntas e respostas sobre a alteração à lei de financiamento dos partidos”, em:

[Http://www.pcp.pt/8-perguntas-respostas-sobre-alteracoes-lei-de-financiamento-dos-partidos](http://www.pcp.pt/8-perguntas-respostas-sobre-alteracoes-lei-de-financiamento-dos-partidos)

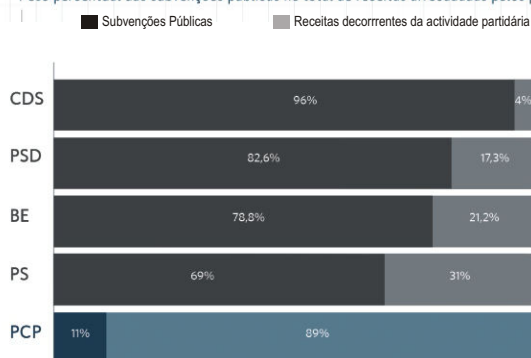
[Https://www.facebook.com/pcp.pt/](https://www.facebook.com/pcp.pt/)

Aqui fica parte desse “dossier”.

NÃO TE DEIXES ENGANAR! COMBATE A MENTIRA!

OS PARTIDOS VIVEM "À CONTA DO ESTADO"? (1)

Peso percentual das subvenções públicas no total de receitas arrecadadas pelos partidos



ESTAS ALTERAÇÕES AUMENTAM O FINANCIAMENTO DO ESTADO?

Não. As alterações, nomeadamente ao acabarem com o limite de angariação de fundos permitiriam **que os partidos que assim o entendessem** aumentassem a capacidade de angariação própria, com o contributo dos seus militantes e apoiantes, dependendo assim **menos do financiamento do Estado.**

Nos últimos dois Orçamentos do Estado, **por proposta do PCP,** a Assembleia da República decidiu **congelar as subvenções públicas aos partidos.**

“O PCP é um partido com identidade própria, não é nem será um departamento do Estado ou uma sucursal política dos grupos económicos e financeiros!”

OS PARTIDOS VIVEM "À CONTA DO ESTADO"? (2)

O PCP considera que os partidos devem viver da “recolha de fundos assente na iniciativa própria e na contribuição dos membros do Partido e seus simpatizantes” e não do financiamento público e das subvenções estatais.

A lei é que quer impedir esta prática. Por um lado impõe um limite anual de angariação de fundos e por outro um limite às contribuições de cada militante.

A actual **lei não permite que 358 militantes (ou mais) paguem uma quota de 5€ em numerário,** mas depois o Estado financia os partidos através de subvenções públicas elevadíssimas.

O PCP já propôs reduzir estas subvenções – a última vez em final de 2016, e considerava um corte de 40%. PSD, CDS e PS não viabilizaram.

OS PARTIDOS DEIXARIAM DE PAGAR IVA?

Não. Não esteve em discussão nem o alargamento do regime de IVA nem o seu fim. Os partidos **pagam e continuariam a pagar IVA sobre toda a actividade que não seja política.**

Estas alterações poriam fim, isso sim, às decisões discricionárias e casuísticas e sobre o que constitui actividade política e afirmação da imagem.

EXEMPLO:

um partido que contratasse uma empresa para a organização de um comício tinha direito a ver o IVA devolvido, enquanto que o PCP muitas vezes viu negada essa restituição do imposto pela compra de materiais para que os militantes organizassem um comício (pregos, madeiras, etc.).

Quanto à Festa do Avante, continuará a realizar-se sem nenhuma destas alterações à lei e enquanto o PCP quiser e os seus militantes e simpatizantes decidirem construí-la, pagando os impostos que a lei prevê.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Boletim da Célula das Telecomunicações do PCP